

OBSERVATÓRIO CONTRA A FRAUDE

União Europeia – que futuro?

O projecto de construção de uma cooperação entre os Estados europeus teve início logo em 1951, através do tratado de Paris



António João Maia

A crise que o processo de consolidação da União Europeia atravessa é provavelmente uma das mais profundas de todas as que já foram vividas.

Para a percebermos melhor julgo que talvez seja importante procurarmos conhecer e entender as principais forças que têm motivado e determinado a linha evolutiva de toda a caminhada já percorrida.

Julgo não existirem dúvidas de que, em si mesmo, o projecto continua a ser muito aliciante e, se não for desvirtuado, promissor, uma vez que surgiu de uma ideia de necessidade de cooperação entre os países, por substituição de uma certa perspectiva contrária, baseada em lógicas de competição e confrontação, que na prática se traduziam em agressões beligerantes entre países vizinhos. As várias guerras que ocorreram e que culminaram, no final da primeira metade do século XX, com a II guerra mundial, são demonstrativas dessa atitude.

O projecto de construção de uma cooperação entre os Estados europeus teve início logo em 1951, através do tratado de Paris, com a França, uma parte da Alemanha (a federal), a Itália, o Luxemburgo e a Holanda a criarem a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. Depois, em 1957, o Tratado de Roma, transformou-a na Comunidade Económica Europeia, à qual Portugal viria a aderir em Junho de 1985. Mais tarde, em 1992, o tratado de Maastricht avançou para a Comunidade Europeia, e, em 2007, o tratado de Lisboa trouxe-nos para a União Europeia.

Ao longo desta evolução, que é bem mais profunda do que a mera alteração de denominações, o projecto foi agregando os vários países europeus em torno de duas ideias estruturantes e relacionadas entre si – a cooperação entre os Estados, que reduz as

opções de agressão e que abre a porta para o crescimento dos mercados a para a expansão económica.

Todavia, rapidamente se percebeu que o motor do projecto foi e é eminentemente económico, consubstanciado numa abertura franca e economicamente incondicional das fronteiras internas do território – a livre circulação de pessoas e mercadorias.

No entanto, se o alargamento permitiu o crescimento dos mercados – o incremento da produção e dos lucros nos países mais expansionistas, a que correspondeu uma maior procura a bens de consumo pelos países economicamente mais dependentes, e a que se juntou a adopção, em 1999, de uma moeda única – rapidamente se assistiu ao desenvolvimento de um desequilíbrio orçamental dentro da União Europeia. Os países mais expansionistas a crescerem e a acumular riqueza, e os mais débeis e ficarem mais pobres, endividados e dependentes face aos primeiros.

Talvez se tenha andado demasiado depressa, dando passos maiores do

que as pernas, como diz o povo. Pelos sinais que estamos a colher e sobretudo a sentir na pele, estamos agora – todos (embora os países economicamente mais consistentes se encontrem mais folgados do que os outros) – num processo de gestão muito complexa, uma vez que os países mais ricos não querem naturalmente abdicar de uma moeda forte, e essa quase imposição tem afectado muito as economias – e as pessoas! – dos países mais debilitados, que se vêem a braços com uma incapacidade de redução das enormes dívidas públicas acumuladas por sucessivos anos de défices.

Resta-nos acreditar que a solução do problema seja construída por todas as partes, por terem sido as causadoras da situação e porque, no início, se optou cooperar para escapar a lógicas beligerantes...

Escreve à sexta-feira



A crise do euro ameaça a UE

APOCALIPSE

**JOSÉ DIOGO
MADEIRA**

Escolas

No futuro, as crianças serão os donos das escolas. Os miúdos serão treinados, desde pequenos, nos skills do empreendedorismo, gerindo os seus próprios negócios de ensino, contratando e despedindo professores, escolhendo as matérias curriculares que mais lhes convierem e dando azo a tudo o que a sua imaginação lhes sugerir. O financiamento deste sistema assentará numa espécie de bolsa-capital, que cada bebé receberá de uma entidade financeira. Com essa alcavala, as crianças poderão investir nas acções da sua própria escola, participando nas respectivas decisões de gestão empresarial e pedagógica e, quem sabe, um dia devolverem aos bancos o capital de que necessitaram para serem alunos-proprietários. Claro que alguns destes colégios do futuro irão à falência, impossibilitando as crianças de devolverem os empréstimos contraídos para serem donos das escolas. Mas neste caso, que acima de tudo servirá para distinguir as crianças com jeito para o negócio daquelas que não servem para nada, os miúdos pagarão as suas dívidas entregando as suas vidas às instituições financeiras. Tal como acontecia aos servos da gleba na idade média, o que de resto foi um notório progresso sobre o anterior modelo escravagista. Infelizmente, o nosso governo não vê longe. A reforma do Estado do ministro Portas propõe apenas que os professores comprem as escolas e se dediquem à sua gestão. É interessante, de facto, que o executivo lute para extinguir as escolas públicas, que como se sabe são um veículo inconveniente para o desenvolvimento social, cultural e económico das sociedades. Mas a privatização das escolas pelos docentes é uma reforma ainda tímida, porque os professores nasceram para ensinar e não propriamente para gerir as escolas onde leccionam. Um dia a história demonstrará que cabe aos próprios alunos a gestão mais eficiente e modernizante das escolas, retirando aos professores essa veleidade parva de julgarem que devem ser bons é a dar aulas. Até lá, esqueçam fazer uma reforma do Estado apostando num modelo de ensino como um espaço de coesão e crescimento do país e não como um negócio como qualquer outro. Tenho dito.

Escreve à sexta-feira